ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

PAREDES DE COURA

ATA N.º 03/2023

(Mandato 2021/25)

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2022

CONTÉM 10 PÁGINAS

ATA N.º 03/2023 (MANDATO DE 2021/2025) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2023, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 22h10

Sumário Páginas

ABERTURA **3**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA **3**

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA AM **4**

INTERVENÇÕES EM REPRESENTAÇÃO DA AM **4**

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA **5**

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES **6**

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS **6**

ORDEM DO DIA **7**

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO **7**

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS **8**

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS **8**

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO **8**

ENCERRAMENTO **10**

ABERTURA

No dia trinta do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Paredes de Coura, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves e Elizabete Dantas Afonso Rodrigues, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 20-06-2023.----------

Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: Registou-se a presença de José Augusto Brito Pacheco (PS), Miguel Filipe Rocha Viana (PPD/PSD.CDS/PP); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Celina Araújo Sousa (CDU-PCP/PEV); José Augusto Viana de Sousa (PPD/PSD.CDS/PP); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues(PS); Cristiano Fernandes Pinto (PS); João Manuel Dias Carvalho (PPD/PSD.CDS/PP); Jorge Santos da Rocha (PS) presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Américo Carlos Fernandes Pinto (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (PS) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa, (PS) presidente da Junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Amílcar Duarte da Cunha Ribas (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS) presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende.

Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Venâncio Fernandes (PPD/PSD-CDS/PP) e Vítor Manuel Rosas da Silva (PS). -

Registaram-se as faltas dos seguintes membros: ----------
Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Tiago Filipe Soares Castro Sousa (PS); José Manuel da Cunha Alves (PCP/PEV); Marta Sofia Lopes Dantas (PS) que, nos termos legais, procederam à respetiva justificação. ----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

-------- O presidente da Assembleia Municipal (AM), verificando haver *quorum,* declarou aberta a sessão. -------

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA AM

De seguida deu conhecimento da renúncia ao mandato de Natércia das Dores Barbosa da Silva, membro desta Assembleia eleita pela coligação PPD-PSD/CDS-PP, por considerar que as funções para que foi eleita não se coadunam com a sua vida pessoal e profissional. ----------

Por seu despacho a vaga ocorrida foi preenchida por Miguel Filipe da Rocha Viana, cidadão imediatamente a seguir na lista apresentada pela coligação, convocado para esta sessão e a quem foi entregue um exemplar do Regimento da Assembleia Municipal.----------

INTERVENÇÕES EM REPRESENTAÇÃO DA AM

Manuel Monteiro - PS: em representação desta Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, que reuniu extraordinariamente no dia 23 de junho, informou que da ordem de trabalhos constavam três pontos: a consolidação das contas relativas a 2022; uma revisão ao orçamento de 2023 e a discussão do Plano de Desenvolvimento Social e Carta Social Intermunicipal do Alto Minho. ----------

O primeiro ponto teve a ver apenas com a questão da participação na MINHOCOM e dos seus resultados consolidados, que submetido à votação foi aprovado por unanimidade. ----------

O segundo ponto, a revisão orçamental, dizia respeito a duas questões: uma relativamente ao ajustamento necessário pela implementação da redução e respetivas comparticipações nos transportes públicos na ordem dos trinta e oito mil euros e que tem a ver com a comparticipação relativamente ao passe geral e ao passe escolar. Este ponto também foi aprovado por unanimidade, bem como a introdução de uma verba destinada à luta contra a vespa velutina. Foi inscrito no orçamento um montante na ordem dos noventa mil euros, com um financiamento de 85%, para aquisição de armadilhas destinadas ao combate a esta praga que, como sabem, tem destruído muitos dos apiários das abelhas melíferas e constitui também um perigo para a população humana.--

Relativamente ao terceiro ponto, o planeamento social e a carta social intermunicipal, foram distribuídos dois documentos densíssimos que resultaram de um trabalho de diagnóstico social realizado pela equipa da Território 21. Uma equipa muito alargada, contratada pela CIM, para a realização deste diagnóstico social, do plano de desenvolvimento social e da carta social. E, como disse, é um documento extenso, que em síntese dir-vos-ia que o principal problema detetado foi o envelhecimento. Para se implementar foi estruturado um plano de ação que procurará dar resposta a estas dimensões do nosso território social, particularmente nos domínios da saúde mental e do envelhecimento da população. O envelhecimento tem sido notório nas populações dos diversos concelhos do Alto Minho. O número de pessoas idosas é cada vez maior relativamente ao conjunto da população e isso traduz-se também em problemas de saúde mental, não necessariamente apenas na população idosa. O envelhecimento da população é, como todos sabem, um problema transversal a todo o país. Neste momento, a nível nacional, a média de idades da população portuguesa é de 47 anos ou de cerca de 47 anos. No Alto-Minho passa dos 50 anos, o que é necessariamente um fator de envelhecimento da população. Relativamente à saúde mental, tem a ver sobretudo com a ausência de respostas sociais no território do Alto Minho. Quando tive responsabilidades na área social, em diversas entidades, já era um problema detetado.

Chegou-se a pensar até em transformar uma unidade da Gelfa numa unidade de cuidados de saúde mental. Nunca se avançou e continuamos com essa dimensão, sabendo que hoje, ao nível da saúde mental, quer com os efeitos da pandemia quer com efeito de outras formas de vida que a nossa população vai tendo, é uma preocupação quer da saúde, quer dos serviços sociais. ---------- -

Dizer-vos também, e como última nota, que o plano de ação prevê a criação, nos próximos 4 anos, de um conjunto de cerca de dois mil lugares em respostas sociais. Só para termos uma perceção daquilo que é e que deve ser uma das principais preocupações, quer políticas, quer sociais, quer de cidadania da nossa população, cerca de 70% dos lugares em respostas sociais serão destinados à população idosa. Isto diz bem da dimensão do problema e, necessariamente, da sua importância política e social. Sabemos que vamos envelhecer. Sabemos que cada vez seremos mais velhos ou teremos mais velhos e sabemos também uma coisa que também foi outra preocupação, embora, digamos, mais lateral. Sabemos que uma das formas de combate a esse aumento de envelhecimento da população é a integração de cidadanias de outras nacionalidades, que começa a ser também uma preocupação de todas as áreas sociais; ou seja, como integrar, como formar, como acolher. Portanto, naturalmente, são as preocupações que estão manifestadas nestes documentos que a CIM teve a missão de fazer e dizer-vos também, para concluir, que temos um instrumento que finalmente, diria eu, essa opinião, é só minha, de que teremos um instrumento que é intermunicipal e sendo intermunicipal, muitas das vezes consegue conjugar aquilo que é, quer um mapeamento das respostas sociais, quer, sobretudo, a sua implementação no terreno. Muitas vezes houve sobreposição de respostas nos limites dos concelhos. Estou a lembrar-me de creches. Estou a lembrar-me de centros de dia ou de lares, e havendo um instrumento de natureza intermunicipal de planeamento interno consegue-se uma melhor eficiência e uma melhor cobertura de todo o território. É isso que importa no serviço à população e, sobretudo, àqueles que necessitam de respostas sociais, quer sejam crianças, quer sejam adultos, quer sejam as pessoas mais idosas. ----------

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada em 28-04-2023. ----------

O Presidente da Assembleia informou sobre o expediente recebido pela Assembleia Municipal, que se encontra arquivado no serviço de apoio à Assembleia e ao dispor dos membros, para consulta. ----------

A ata da sessão da AM ordinária de 28/04/2023, depois de submetida à votação foi aprovada por unanimidade, com uma correção, solicitada por José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP) à sua intervenção, na página 16, que se transcreve a seguir: ----------

Assim, **onde se lê** "E depois um outro ponto muito forte, já do outro executivo, e que foi sempre defendido pelo PSD desde que me lembro de estar aqui, há mais de trinta anos e que agora, também ponto forte do atual executivo, que é a captação de investimento para Paredes de Coura. São esses os três pilares fundamentais e os três pontos fortes".----------

Deverá ler-se "E depois um outro ponto muito forte, já não do outro executivo, e que foi sempre defendido pelo PSD desde que me lembro de estar aqui, há mais de trinta anos e que agora, também ponto forte do atual executivo, que é a captação de investimento para Paredes de Coura. São esses os três pilares fundamentais e os três pontos fortes". ----------

Os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita, não participaram na votação: ------

Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende (UF); Amílcar Duarte da Cunha Ribas, presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Laurentino Manuel Pereira Alves, presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; Miguel Filipe Rocha Viana (PPD/PSD.CDS/PP); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS). ----------

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.----------

Pelo grupo municipal do PS foram apresentados os seguintes votos de pesar, que se anexam a esta ata e dela ficam a fazer parte integrante, pelo falecimento de: ----------

Maria Alda de Mira Guedes Vieira Teixeira Pereira, ex-presidente da Junta da Freguesia de Bico no mandato de 1976-1979. ----------

Foi aprovado por unanimidade. ----------

Em homenagem, foi guardado um minuto de silêncio. ----------

José Rodrigues Fernandes, ex-presidente da Junta da Freguesia de Castanheira, no mandato de 1985-1989. ------

Foi aprovado por unanimidade. ----------

Em homenagem, foi guardado um minuto de silêncio. ----------

Manuel António da Rocha, pai do atual presidente da Junta da Freguesia de Agualonga. ----------

Foi aprovado por unanimidade. ----------

Balbina Pereira de Araújo, mãe de Celina de Araújo Sousa, atual membro da Assembleia Municipal, que se absteve na votação, tendo, assim, sido aprovado por maioria ----------

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 3 – Interpelações ao presidente da Câmara Municipal. ----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): Referiu que, na sequência das suas intervenções em sessões anteriores, qualquer intervenção da sua parte seria para insistir na transmissão em direto da Assembleia Municipal. ----------

Presidente da AM: Disse que em tempos, alguém referiu na Assembleia da República o Livro do Eclesiastes, que começa: "tudo, tem um tempo". E tudo tem um tempo, e, portanto, é o tempo da transmissão que também será concretizado. E

também tem de estar ciente de que há o tempo do entusiasmo e há o tempo da deceção. E, certamente que, de início, muitas pessoas vão aderir, mas depois, com o tempo, muitas pessoas também se vão desligar. E seria muito interessante que uma sessão da Assembleia Municipal fosse seguida pelos courenses. Vamos fazer a experiência. Pode ficar descansado que a Mesa vai fazer uma proposta nesse sentido. ----------

ORDEM DO DIA

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO

Ponto n.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. **----------**

Presidente da Câmara: De facto, caminhamos no sentido da consolidação. Nós sabemos que a inflação está a avançar e, naturalmente, que se for necessário criar algum pacote de ajuda às pessoas com maiores dificuldades, estaremos à altura das circunstâncias, e como tenho vindo a salientar, ao longo dos vários anos que estamos à frente da Câmara Municipal, que para escolhermos o nosso destino e para termos efetivamente capacidade de lutar contra as adversidades, só o podemos fazer com uma Câmara Municipal com contas consolidadas. É este o caminho que traçámos e é neste caminho que vamos continuar. Obviamente que, se for necessário, num contexto de crise ou de agravamento da situação social de muitas famílias, nós estamos com capacidade financeira para ajudar em situações extremas. E isso é que é liberdade, porque, como já disse, isso é que é ser de esquerda, ser de esquerda, governar bem, ter uma gestão rigorosa das contas públicas, até porque o dinheiro não nos pertence, apesar de algumas pessoas o considerarem, sobretudo as pessoas que não têm muita literacia política, ou que não se interessam muito pelos assuntos políticos. E, portanto, é fundamental ter uma gestão rigorosa e, obviamente, criar riqueza para depois reparti-la. ----------

José Augusto Sousa (PPD-PSD/CDS-PP): Ao longo da vida, as pessoas vão aprendendo que algumas coisas vão mudando. E eu aprendi o que caracteriza ser de esquerda e ser de direita. Ter contas certas não é monopólio só de um, mas é abrangente aos dois setores. O que se mostrou no passado e na prática é que parte da esquerda que governou Portugal não adotou esse princípio e um bocadinho da direita também não. E quando foi preciso corrigir, quem lá esteve foi o Partido Social Democrata. E, portanto, a diferença e o que eu defendo, de uma forma muito clara, é que a social democracia e a direita defendem o primado da iniciativa privada. O Estado deve estar presente para garantir igualdade de oportunidades, mas tem de haver o primado da iniciativa privada e é isso que distingue a direita. Nós defendemos que quem trabalha mais, que quem se dedica mais, que quem se predispõe mais, tem direito a subir e a ascender no nível social. E não é bem assim com a esquerda, por isso é que eu estou do lado que estou, porque eu sempre aprendi, e ensinaram-me muito bem em casa, que é necessário esforço no trabalho para progredir, para ganhar e para subir. E só assim é que se consegue.----------

ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

Ponto nº 02 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração modificativa aos documentos previsionais de 2021/2025 da Câmara Municipal: ----------

Presidente da Câmara: Relativamente a este assunto disse ter sido necessário proceder a alterações do lado da receita e sobretudo ao nível da receita corrente, atendendo à existência de muitas candidaturas, sobretudo imateriais que abarcam despesas correntes ligadas a atividades culturais que, em parte, são financiadas. Constituem este tipo de candidaturas a reabilitação da Casa Grande de Romarigães, o *Biological Coura* e as atividades ligadas à Elevadora, etc. Por isso, foi necessário este procedimento de alteração. Atualmente, as câmaras municipais têm muitos constrangimentos para alterar a receita corrente, por ter menos flexibilidade decorrente das regras previsionais aplicáveis a este tipo de receitas, e é compreensível, por ser uma forma de evitar o endividamento das autarquias locais com a assunção de compromissos de acordo com os fundos disponíveis e, de acordo com o fim a que se destinam, pois que, caso houvesse liberdade orçamental existiria a possibilidade de desviar receitas para outras finalidades. ----------

Finalmente, de referir que as alterações orçamentais permutativas possibilitam estas iniciativas sem o devido conhecimento da assembleia municipal. As alterações orçamentais modificativas/revisões resolvem todos os constrangimentos, ainda que mais dramáticos, mediante a aprovação deste órgão deliberativo. ----------

A proposta de alteração modificativa aos documentos previsionais de 2021/2025 da Câmara Municipal, depois de submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade. ----------

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. ----------

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS

Ponto nº 03 – Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-03-2023, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 21-12-2022, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.----------

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto nº10 - Intervenção do público.----------

Filipe Esteves: Interveio na qualidade de comerciante e em representação de doze comerciantes e de dezasseis proprietários de lojas do edifício Palácio, sito na vila de Paredes de Coura, que assinaram um documento a tomar conhecimento das propostas que vinha apresentar. ----------

Assim, referiu que desde o edifício que alberga o Banco na Rua Conselheiro Miguel Dantas passando pela rua Dr. José Gomes Moreira até à avenida Cónego Bernardo Chouzal existem 20 lojas, algumas, infelizmente estão fechadas, onde laboram, neste momento, 12 empresas. ----------

Neste sentido propôs: ----------

A reposição das papeleiras que existiam na rua Dr. José Gomes Moreira, que há uma série de anos que foram danificadas, retiradas para reparação e desde então não voltaram ao local, o que torna a rua muito suja, um pormenor que considerou poder influenciar o comércio. ----------

A delimitação do passeio com a rua, no final da Rua Conselheiro Miguel Dantas através de dissuasores de estacionamento que já teve e que acabaram por desaparecer após serem danificados com os toques dos automóveis e cuja falta torna a circulação perigosa.----------

Uma entrada para pessoas com deficiência da rua dr. José Gomes Moreira para o Centro Comercial, reconhecendo tratar-se de uma questão do âmbito do condomínio, mas porque terá implicação com a via pública.----------

Por fim, e pela situação que considerou trazê-lo à Assembleia, o facto de o edifício comercial não ter uma solução de estacionamento, situação que já tinham alertado e que se agravou a partir do momento que o terreno contíguo, sito na Av. Cónego Bernardo Chouzal, foi encerrado para a construção de um prédio. Desde essa data que as lojas, que precisam de fluxo, deixaram de ter gente e os comerciantes estão a senti-lo. Sugeriu que o grande entrave para a solução deste problema possa ser o facto de ser uma estrada nacional e haver um parque subterrâneo próximo, mas que isso não foi entrave para resolver as mesmas questões noutras ruas, nomeadamente na dr. Albano Barreiros, onde se situa o Coura Shopping, que tinham o mesmo problema de falta de fluxo e mesmo sendo uma estrada nacional, o problema foi resolvido com o recurso a sentido único, mesmo havendo parques subterrâneos nas proximidades bem como, também não foi entrave para resolver o problema do comércio na rua dr. doutor Bernardino António Gomes, com zebras de paragem, pelo que propôs uma solução semelhante na Rua Dr. José Gomes Moreira. ----------

Presidente da Assembleia: Sendo que as intervenções do público, nos termos do Regimento da AM, são dirigidas à mesa da Assembleia, perguntou ao sr. Presidente da Câmara se pretendia responder. ----------

Presidente da Câmara: Disse que algumas das sugestões propostas são fáceis de resolver e só dependem da Câmara, ora relativamente à paragem/estacionamento, a situação é diferente porque a vila de Paredes de Coura é tão pequenina que se deparam muitas dificuldades na ordenação do trânsito.----------

Quando foi determinada a circulação de veículos em sentido único, nas ruas Dr. Albano Barreiros e Dr. Afonso Viana, de que algumas pessoas se queixam, a intenção não foi resolver os problemas dos comerciantes, contudo e apesar de não ter sido a melhor decisão que tomou, terminaram os acidentes no entroncamento da Rua Dr. Afonso Viana com a EN 303. ----------

Concordou que deve falar com os comerciantes, procurar soluções, melhorar, mas não pode prometer coisas que não são possíveis. Disse não ter qualquer poder sobre a Guarda Nacional Republicana que são tuteladas pelo Ministério da Administração Interna e que também já pagou multas de estacionamento. Que as pessoas podem queixar-se, mas têm parques de estacionamento gratuitos, e obviamente que nem sempre podem

estacionar à entrada dos estabelecimentos porque há regras de estacionamento a cumprir. Compreende a preocupação do interveniente, embora não sejam apenas os comerciantes da Rua Dr. José Gomes Moreira, que possam sentir-se os mais prejudicados, porque o facto, é que, mesmo em frente, há um parque de estacionamento gratuito que não é usado, o que até é irracional e incompreensível. Contudo, estarão dispostos a tentar ajudar dentro do que a lei permita.----------

Lembrou que as medidas tomadas durante a pandemia eram pontuais, porém, a pedido dos comerciantes e mesmo a perder receita, decidiram manter os parques estacionamento gratuitos. ----------

Relativamente aos parques de estacionamento à superfície, já houve quem propusesse o fim da gratuitidade porque caso fossem pagos daria dinâmica às ruas, uma vez que são os próprios comerciantes e outros a permanecer nos parques durante todo o tempo de expediente, locais onde os próprios clientes podiam estacionar.----------

Presidente da Assembleia: Informou que a sessão de setembro vai ser descentralizada e que pretende, nessa sessão, apresentar uma proposta de celebração dos 50 anos do "25 de Abril".----------

ENCERRAMENTO

--------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. ----------